

APRESENTAÇÃO

Escavidão, liberdade e processos de racialização em Cuba

Cuba e Brasil, embora radicalmente diferentes em tamanho, demografia, colonização e história política, guardam bastante semelhança em um aspecto: o profundo apego à escravidão. O tráfico de africanos escravizados (legal e ilegal) para as duas regiões só foi definitivamente extinto em meados do século XIX. Tão tarde quanto em 1847, quando a maior parte das nações americanas já haviam posto o tráfico na ilegalidade, o então governador general de Cuba chegou a cogitar que uma forma de enfrentar a proibição ao tráfico seria “importar” escravizados do Brasil, já que as disposições vigentes à época se referiam apenas ao comércio direto nas costas da África.¹ Ao que parece, o Brasil, que àquela altura convivia bem com o tráfico ilegal e continuava recebendo milhares de africanos desembarcados ilegalmente, se constituía um bom exemplo sobre lidar com o tema.

Impactados pela abolição nos Estados Unidos no contexto da Guerra Civil e envolvidos em conjunturas políticas distintas – em Cuba, a primeira guerra de independência, a chamada Guerra de Dez Anos (1868-1878), no Brasil, a Guerra do Paraguai (1864-1870) - as cortes espanholas e o parlamento brasileiro encaminharam o lento e demorado processo de extinção da escravidão através de leis muito parecidas: a Lei Moret, de 1870, libertou em Cuba os nascidos de ventre escravizado e os sexagenários; no Brasil, leis semelhantes foram aprovadas em 1871, com a chamada Lei do Ventre Livre, e, em 1885, a Lei dos Sexagenários.

O Brasil, apesar da escravidão ruir em toda parte, vez por outra aparecia nos debates sobre a abolição no Caribe espanhol como exemplo de estabilidade e longevidade da infame instituição:

No quiero decir con esto, ni con mucho, que yo desconozca las tendencias del siglo en que vivimos – la fuerza de la opinión, señora del mundo, que aspira á estirpar la lepra de la esclavitud, considerada con razón, como frente y origen de males morales, á cuyas extinción debe todo gobierno ilustrado propender. Muy lejos de esto, yo no pediría, ni aun que siguiésemos el ejemplo del Brasil, imperio donde la esclavitud és muchísimo mas numerosa que en las Antillas españolas, pues conserva mas de dos millones de esclavos, y allí toda idea que perjudique á la insititucion doméstica, se ha oído siempre, y se oirá por muchos años, con marcada repulsión, sin que sirva para destruir esta verdad [...].²

1 “El único medio de precaver tamaños males se cree es el de permitir la introducción de esclavos procedentes de Brasil y demás posesiones coloniales extranjeras; disposición basada en los tratados vigentes que solo se refieren á la prohibición de la trata directa con las costas de Africa” (*Comunicação do Governador General da Ilha de Cuba à Secretaria de Ultramar*, Arquivo Histórico Nacional, Ultramar, Cuba Gobierno, Legajo 4931, CAJA 1, Exp. 2, Junta Informativa de Ultramar, 10 de novembro de 1847).

2 *Voto de Manuel de Armas na Junta de Informação*, Arquivo Histórico Nacional, Ultramar, Cuba Gobierno, Legajo 4931, CAJA 1, Exp. 2, Junta Informativa de Ultramar, 02 de dezembro de 1865.

Este discurso do representante de Cuba contra a abolição em Porto Rico na Junta de Informação, em 1865, tinha alguma razão. O desfecho já conhecemos: o Brasil foi o último país do continente a abolir a escravidão em 1888, mas Cuba, ainda colônia espanhola, foi o penúltimo, com a Lei do Patronato em 1880 e sua abolição definitiva em 1886. Antes da derrocada final, os moradores de Cuba e Brasil, durante todo o século XIX, assistiram ao incremento da introdução de africanos escravizados, à intensificação da produção para exportação (açúcar e café), ao espoucar de revoltas escravas, ao movimento abolicionista, ao surgimento da imprensa negra e à participação dos negros na política. Sobre estes temas (e muitos outros) historiadores brasileiros e cubanos vêm se debruçando há décadas. No caso de Cuba, são inestimáveis as contribuições de José Luciano Franco, Manuel Moreno Fraginals, Digna Castañeda Fuertes, Olga Portuondo, María del Carmen Barcia, Gloria García, Marial Iglesias Utset, María de los Ángeles Meriño Fuentes, Aisnara Perera Díaz, Mercedes García, Miriam Herrera Jerez, María Cristina Hierrezuelo, Fe Iglesias García – só para citar alguns, sem falar na contribuição de pesquisadores europeus e estadunidenses.

Do Brasil, Olga Cabrera tem orientado e publicado inúmeros trabalhos sobre raça, gênero, trabalho, nação e migração em Cuba. Há também uma tendência mais recente entre pesquisadores brasileiros de História das Américas de investigar a escravidão e relações raciais no Caribe - Eric Brasil Nepomuceno, Ynaê Lopes dos Santos, Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Letícia Gregório Canelas, Bethânia Santos Pereira, Kátia Cilene Couto, Rafael Bivar Marquese e Tâmis Parron. Por outro lado, muitos pesquisadores cubanos, vêm, pelo menos desde o início dos anos 2000, se interessando pelas Ciências Sociais brasileiras. Alguns deles, como Oilda Hevia Lanier, Julio Moracen Naranjo e Pedro Alexander Cubas Hernández participaram de edições do Fábrica de Ideias, que, através do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA - CEAO, tem propiciado há décadas o intercâmbio de pesquisadores de diversas partes do mundo interessados no tema das relações raciais. Alguns dos participantes cubanos do Fábrica são hoje professores de universidade públicas brasileiras.

O intercâmbio também se realiza a partir da participação em eventos acadêmicos e aqui é importante mencionar o inestimável papel desempenhado pelas historiadoras cubanas María de los Ángeles Fuentes e Aisnara Perera Díaz. Inicialmente recebidas no Brasil nos Seminários de História do Açúcar e do Café, organizados pela Profa. Eni Mesquita Samara (USP), as pesquisadoras travaram contato com as linhas de pesquisa História Social da Cultura, da Unicamp, e Escravidão e Invenção da Liberdade, da UFBA. Sua vasta produção é responsável por uma nova história da escravidão em Cuba e materializa a melhor interseção entre a historiografia cubana e a brasileira sobre o tema. Ao mesmo tempo, estas profissionais têm recebido e iniciado estudiosos brasileiros nos arquivos cubanos e apresentado incansavelmente a bibliografia para *nosotros*. O resultado tem sido um profícuo diálogo entre

os estudos sobre escravidão e raça em Cuba e no Brasil, que tem resultado em dissertações, teses, artigos e livros publicados aqui e lá.

Alforrias, família escrava, conspirações e revoltas escravas, processos de racialização, hierarquias e desigualdades raciais, raça e narrativas nacionais têm sido o ponto de encontro destes estudos e este dossiê, intitulado *Escravidão, liberdade e processos de racialização em Cuba*, seguindo esta trilha, reúne artigos que abordam temas caros aos estudos da escravidão, pós-abolição e relações raciais na ilha: anúncios de venda de escravizados em Havana; estupro e rapto consentido; a conspiração de Aponte (1812); escravizados na condição de bens embargados durante a Guerra dos Dez Anos; vigilância e repressão aos trabalhadores “de cor”; imprensa e associativismo negro.

Matt Childs apresenta brevemente a historiografia sobre a série de rebeliões envolvendo escravizados que espoucaram na ilha em 1812, mostrando como a descoberta, nos últimos 20 anos, de documentos no Arquivo Nacional de Cuba, em arquivos eclesiásticos e provinciais e arquivos na Espanha, produziu novos e frutíferos trabalhos sobre o tema. O *Libro de Pinturas de Aponte*, seu contexto e ambiente intelectual e sua participação ou não nas revoltas têm motivado a incursão dos pesquisadores nestes diversos arquivos. O autor, no entanto, está interessado em discutir, a partir de densa documentação, a existência ou não de um movimento articulado e dirigido por Aponte desde Havana envolvendo as revoltas de Porto Príncipe, Bayamo e Holguin.

Ynaê Lopes dos Santos faz uma incursão na imprensa de Havana do início no período de 1790 a 1815 e investiga os anúncios de vendas de escravizados veiculados no jornal *Papel Periódico de la Habana*, que posteriormente mudou de nome para *El Aviso de la Habana* (1809-1810) e, anos depois, tornou-se *Diario de la Habana*. De posse de 714 anúncios, a autora analisa o perfil dos trabalhadores escravizados na capital da colônia em uma conjuntura de incrementação do tráfico e intensificação da exploração da mão de obra escrava na ilha, com o *boom* da produção açucareira. Através destas fontes, são discutidos gênero e origem geográfica dos escravizados e suas atividades laborais.

Georgia Cedraz se debruça sobre um período que compreende as duas guerras de independência de Cuba – a Guerra de Dez Anos (1868-1878) e a Guerra Chiquita (1879-1880) – para perscrutar os seus efeitos sobre o cotidiano dos trabalhadores “de cor” de Havana. Para isso, utiliza sobretudo leis, censos e registros policiais. A autora chama atenção para a política de vigilância generalizada das autoridades espanholas sobre os moradores de Cuba, mas presta especial atenção à suspeição direcionada à população “de cor” e para a política racializada do Estado colonial espanhol viabilizada através de leis e deliberações administrativas. Ameaçada por insurreições em Cuba, a Espanha promoveu a reorganização militar na ilha, criando o Corpo de Ordem Pública, aumentando o efetivo policial em diver-

sas localidades e intensificando a vigilância – a autora analisa o impacto destas políticas no cotidiano dos trabalhadores em Havana – barbeiros, vendedores ambulantes, lavadeiras, em sua maioria, “de cor”.

Outro tema de interesse relacionado à Guerra de Dez Anos é abordado no artigo de María Elena Meneses Muro. Apesar do assunto dos bens embargados durante as insurreições anticoloniais de Cuba ter recebido atenção dos pesquisadores cubanos, pouco interesse tem sido devotado aos escravizados que foram embargados na condição de bens móveis. A autora, lastreada em uma vasta documentação, que envolve registros das fazendas, e fontes de embargos e reclamações, analisa o deslocamento de escravizados embargados da região centro-oriental para a ocidental de Cuba para atender aos interesses da produção açucareira. Em um momento de alta de preços dos escravizados, a introdução desta mão de obra expropriada como bem embargado em engenhos pequenos aumentou substantivamente sua produção ao tempo que impactou profundamente a vida dos escravizados nesta condição.

A imprensa negra em Cuba é tema de análise com o artigo de Giselle dos Anjos Santos, que discute, a partir de documentação publicada, a revista *Minerva*, durante os anos de 1888 e 1889, produzida por e para mulheres negras e “mulatas”. A autora analisa, através de um olhar atento às interseções entre gênero e raça, a veiculação, através da revista, de noções e discursos contra-hegemônicos que contrariavam, de alguma maneira, as regras consideradas de “bom” comportamento social. O artigo aborda temas como o temor da violência sexual, o controle da sexualidade, as diferentes representações sociais para mulheres brancas e negras no final do século XIX e analisa como o ativismo de negras e “mulatas” em Cuba defendiam a educação da população negra e representações contra-hegemônicas.

Nesta mesma linha de investigação, a pesquisa de Kezia Zabrina Henry Knight se debruça sobre as sociedades de instrução e recreio fundadas por negros e mestiços em Camaguey no período de 1879 até 1961, quando foram extintas. Assim como o artigo de Giselle, o enfoque aqui é no desenvolvimento educativo contra-hegemônico, propiciado pelo associativismo negro. A partir de entrevistas com famílias de ex-membros das 27 associações estudadas, dos documentos produzidos pelas associações e de jornais da imprensa nacional, a autora discute as práticas educativas contra-hegemônicas protagonizadas por negros e mestiços através das associações em contextos de hierarquias e desigualdades raciais, como ensino igualitário para ambos os sexos e aulas noturnas para trabalhadores e donas de casa.

Por fim, Leidy Abreu García, em uma interpretação que intersecciona gênero e raça, aborda o rapto e o chamado estupro consentido em Havana através de fontes judiciais. Como explica a autora, a palavra “estupro” em Cuba, no século XIX, era usada para práticas

que não necessariamente envolviam violência e podia significar relação sexual consentida sob promessa de casamento. A autora, a partir de 102 casos, discute como o rapto e o “estupro”, com sentidos diferentes dos atos criminais, foram práticas que buscavam a conquista do matrimônio, do concubinato ou da proteção da honra familiar. Embora a maior parte dos documentos tratem de homens e mulheres brancos das classes populares, foi possível identificar também casos que envolviam casais inter-raciais e homens livres e escravizadas.

Estes são os artigos que compõem o dossiê! Desejamos que disfrutem!